



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E EXATAS - CCHE
CAMPUS-VI POETA PINTO DO MONTEIRO
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

GISELE CRISTINA DA SILVA AVELINO

**ANÁLISE ECONÔMICO – FINANCEIRA: UM ESTUDO DE CASO
NA EMPRESA NATURA COSMÉTICOS S/A ENTRE OS ANOS DE
2017 E 2018**

MONTEIRO-PB

2019

GISELE CRISTINA DA SILVA AVELINO

**ANÁLISE ECONÔMICO – FINANCEIRA: UM ESTUDO DE CASO
NA EMPRESA NATURA COSMÉTICOS S/A ENTRE OS ANOS DE
2017 E 2018**

Artigo Científico apresentado ao curso de Ciências Contábeis do Campus VI – Poeta Pinto do Monteiro, Centro de Ciências Humanas e Exatas da Universidade Estadual da Paraíba como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientadora: Prof. Msc. Cristiane Gomes da Silva.

MONTEIRO – PB

2019

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

A948a Avelino, Gisele Cristina da Silva.
Análise econômico – financeira [manuscrito] : um estudo de caso na empresa Natura Cosméticos S/A entre os anos de 2017 e 2018 / Gisele Cristina da Silva Avelino. - 2019.
39 p. : il. colorido.
Digitado.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Contábeis) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Humanas e Exatas , 2019.
"Orientação : Profa. Ma. Cristiane Gomes da Silva ,
Coordenação do Curso de Ciências Contábeis - CCHE."
1. Setor de Cosméticos e Perfumaria. 2. Índice de liquidez.
3. Índice de rentabilidade. 4. Índice de endividamento. I. Título
21. ed. CDD 657.48

GISELE CRISTINA DA SILVA AVELINO

**ANÁLISE ECONÔMICO – FINANCEIRA: UM ESTUDO DE CASO
NA EMPRESA NATURA COSMÉTICOS S/A ENTRE OS ANOS DE
2017 E 2018**

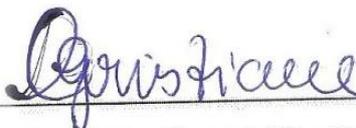
Artigo Científico apresentado ao curso de Ciências Contábeis, do Campus VI – Poeta Pinto do Monteiro, Centro de Ciências Humanas e Exatas da Universidade Estadual da Paraíba como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis.

Área de Concentração: Contabilidade

Orientadora: Profa. Msc.Cristiane Gomes da Silva

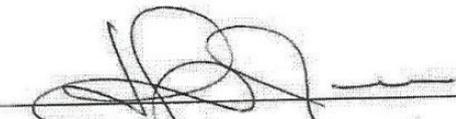
Aprovada em: 06/06/2019

BANCA EXAMINADORA

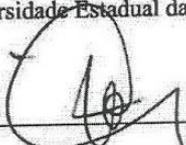


Profa. Msc. Cristiane Gomes da Silva (Orientadora)

Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Prof. Esp. Paulo César Cordeiro
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Prof. Ms. Ilcleidene Pereira de Freitas
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Dedico este trabalho aos amores da minha vida, aqueles que são porto seguro na minha vida, minha base, a minha mãe Cizeli ao meu Pai Ivo, meu esposo José Augusto e Minha filha Lara Valentina.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por te guiado e iluminar o meu caminho nesta longa jornada acadêmica.

Aos meus pais, Ivo e Cizeli por ser meu porto seguro obrigado por sempre estarem ao meu lado, por serem amigos, por serem meu incentivo para nunca desiste dos meus sonhos, por me mostrar o que é amor, por mim mostra que família e amor.

A meu irmão, Igo Jardel, que me incentivaram a todo o momento e que dividir as minhas alegrias e tristezas em alguns momentos nesta jornada.

Ao meu esposo José Augusto com quem sempre tive a oportunidade de dividir as minhas alegrias e tristezas. Pelo amor, companheirismo, paciência e carinho por cuida da nossa princesa nas horas que, mas precisei do seu apoio como esposo e pai.

A minha filha Lara Valentina meu bem, mas preciosa mesmo com sua inocência ser meu incentivo diário de força, coragem e determinação.

A minha orientadora, professora Cristiane Gomes, pela dedicação e pelo compromisso profissional o qual se dedicou com muito empenho e paciência e carinho.

A todos os professores e colaboradores da Universidade por contribuíram nesta caminhada de forma direta e indiretamente.

Aos meus colegas de turma pelo companheirismo nesta jornada por dividirem os seus conhecimentos e experiências. Em especial a minha amiga Maísa Heleni pela por todo apoio nas horas difíceis com ela aprende a importância e o verdadeiro valor que existe nas boas amizades.

SUMÁRIO

| | |
|---|-----------|
| 1.INTRODUÇÃO | 7 |
| 2 REFERENCIAL TEÓRICO | 11 |
| 2.1 Demonstrações Contábeis | 11 |
| 2.1.1 Balanço Patrimonial | 12 |
| 2.1.2 Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) | 14 |
| 2.1.3 Demonstração de Lucros ou Prejuízos Acumulados (DLPA) | 15 |
| 2.1.4 Demonstração de Fluxo de Caixa (DFC)..... | 15 |
| 2.1.5 Demonstração do Valor Adicionado (DVA)..... | 16 |
| 2.2 Análise das Demonstrações Através dos Índices | 17 |
| 2.2.1 Índices de Liquidez..... | 18 |
| 2.2.2 Índice de Endividamento (Índices de Estrutura)..... | 19 |
| 2.2.3 Índice de Rentabilidade..... | 20 |
| 2.3 Empresas do Setor de Cosméticos e Perfumaria | 21 |
| 3 METODOLOGIA..... | 23 |
| 4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS..... | 24 |
| 4.1 Índices de Liquidez..... | 24 |
| 4.1.1 Liquidez Corrente..... | 25 |
| 4.1.2 Liquidez Seca | 25 |
| 4.1.3 Liquidez Geral | 26 |
| 4.2 Índices de Estrutura de Capitais (Índices de Endividamento)..... | 27 |
| 4.2.1 Participação de Capital de Terceiros..... | 27 |
| 4.2.2 Composição do Endividamento | 29 |
| 4.2.3 Imobilizado do Patrimônio Líquido..... | 30 |
| 4.3 Índices de Rentabilidade | 31 |
| 4.3.1 Giro do Ativo..... | 31 |
| 4.3.2 Margem Líquida | 32 |
| 4.3.3 Rentabilidade do Ativo..... | 33 |
| 4.3.4 Rentabilidade do Patrimônio Líquido | 33 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 34 |
| REFERÊNCIAS..... | 36 |

ANÁLISE ECONÔMICO – FINANCEIRA: UM ESTUDO DE CASO NA EMPRESA NATURA COSMÉTICOS S/A ENTRE OS ANOS DE 2017 E 2018

Gisele Cristina da Silva Avelino¹

RESUMO

Os índices são vistos como ferramentas de análise de balanços que proporcionam uma visão detalhada através de um diagnóstico que contribui para um embasamento da conjuntura econômica e financeira das empresas. A presente pesquisa teve por objetivo avaliar a situação econômico-financeira de uma empresa do setor de cosméticos e perfumaria com base nos exercícios 2017/2018. Para atingir o objetivo proposto, a metodologia utilizada foi à pesquisa descritiva conduzida por meio de uma análise bibliográfica e de um estudo de caso realizado em uma empresa do segmento mencionado acima, onde os demonstrativos contábeis foram levantados no site da Econoinfo com intuito de atender ao objetivo proposto. Como resultados, constatou-se que a empresa analisada apresentou no sentido financeiro, adequados resultados acerca dos índices de liquidez, ou seja, uma boa aptidão de pagamento, assim apresentando uma capacidade de solvência. Ressalta-se que ter bons índices de liquidez não garante condições de pagamento de dívidas no prazo, pois dependerá de outras variáveis para cumprimento de suas obrigações. Ainda no sentido da análise financeira, foi possível detectar com relação aos índices de Estrutura de Capitais que a empresa analisada apresentou dentro de suas linhas de decisões financeiras a preferência em trabalhar com capital de terceiros para financiar o giro operacional da empresa, visto que o capital próprio é mais oneroso e usualmente vem comprometendo as necessidades de caixa da empresa e na análise da Rentabilidade, foi constatado entre os anos analisados que a empresa direcionou investimentos no ativo total que não foram cobertos pelas vendas e assim tornando resultados bem inferiores ao esperado. Ou seja, as vendas não foram suficientes para cobrir parte do capital investido no ativo total. Ainda foi percebido de maneira geral que os índices de Rentabilidade do Ativo e Patrimônio Líquido não apresentaram resultados satisfatórios entre os períodos analisados, onde a empresa apresentou uma queda significativa de aproximadamente 81% no lucro líquido de 2018 quando comparado com 2017, fato esse que comprometeu a lucratividade dos acionistas e proprietários, visto que esses não apresentaram um retorno satisfatório com relação aos seus investimentos pelo menos no curto prazo.

Palavras-chave: Setor de cosméticos e perfumaria. Índice de liquidez. Índice de Rentabilidade. Índice de Endividamento.

¹Aluna de Graduação do Curso de Ciências Contábeis na Universidade Estadual da Paraíba – Campus VI.
E-mail: giseleaugusto12@gmail.com

1.INTRODUÇÃO

Segundo a Associação Brasileira da Indústria de Higiene pessoal, perfumaria e cosméticos (ABIHPEC, 2019), o setor vem ocupando lugar de destaque no mercado de produtos do mundo, com indústrias cada vez mais criativas e inovadoras e demonstrando um modelo gerador de tendências mundiais, isso se deve ao constante crescimento do segmento no mercado nacional e internacional. Nos últimos dez anos, o setor apresentou um crescimento composto de 8,2%, fechando o ano de 2017 com um aumento de 3,2%. O mercado nacional de higiene pessoal perfumaria e cosméticos HPPC, movimentou cerca de US\$ 32,1 bilhões em consumo, figurando em quarto lugar no ranking mundial, respondendo por cerca de 6,9% do mercado mundial, atrás apenas de Estados Unidos, China e Japão.

Dada a devida importância para esse segmento que vem atuando bastante de forma positiva para o crescimento da economia mundial e para que os mesmos continuem a expandirem de forma eficaz se faz necessária a realização de um acompanhamento periódico das demonstrações financeiras.

Para Gomes (2017), as demonstrações financeiras fornecem informações acerca da posição patrimonial e financeira da entidade e assim auxiliando no desempenho de suas operações, e se elaboradas de forma confiável, devem retratar a sua realidade e assim sendo interpretadas de forma correta e com maior eficiência.

As Demonstrações contábeis devem ser elaboradas dentro do que prescreve Estrutura Conceitual para elaboração e divulgação do relatório contábil-financeiro, objetivando fornecer informações que sejam úteis na tomada de decisões econômicas e avaliações por parte dos usuários em geral (CPC 00 – R1).

Diante do exposto percebe-se a importância da análise do relatório contábil-financeiro, onde esses permitem uma visão da estratégia e dos planos da empresa analisada, demonstrando suas limitações e suas potencialidades e ainda podendo utilizar os índices, que por sua vez são instrumentos que avaliam a capacidade das empresas tanto econômica como financeira (MATARAZZO, 2010).

Os índices fornecem avaliações sobre diferentes aspectos, dando uma visão do presente, passado, como também, projetando o futuro, ou seja, através deles tem-se um diagnóstico detalhado da situação econômico-financeira da empresa (MARTINS, 2014).

Desta forma a utilização dos índices econômicos financeiros tem como finalidade oferecer parâmetros para analisar, avaliar e elaborar um check-up preciso das empresas.

A partir dos índices econômico-financeiros é possível obter informações que auxiliam no estudo do desempenho empresarial, no alcance dos objetivos econômicos desejados e no entendimento da posição da empresa em relação ao mercado. E ainda, informações que auxiliam na compreensão de suas potências e fragilidades. Tudo isso serve de base ao processo decisório, que é a peça significativa de um bom posicionamento estratégico. (SILVA, 2017, P.13).

Assim, os índices são vistos como ferramentas de análise de balanços, sendo calculados a partir de dados extraídos das demonstrações contábeis, procurando relacionar elementos com a finalidade de proporcionar da melhor forma uma visão detalhada sobre a real situação da empresa em análise e partir desse diagnóstico contribuir através de seus relatórios para que os gestores possam ter um embasamento da conjuntura econômica e financeira e assim contribuir para a continuidade e desenvolvimento de suas operações.

Ressalta-se que a utilização de índices fornece ainda informações acerca da aplicabilidade e eficiência dos recursos que foram empregados, sendo considerado essencial para avaliação do desempenho das atividades operacionais da empresa. Mediante das considerações e importância da temática discutida acima, apresenta-se o seguinte problema de pesquisa: **Qual a situação econômica–financeira da empresa natura cosméticos S/A com base nos demonstrativos dos anos de 2017/2018.**

Diante da problemática acima, o objetivo da presente pesquisa é avaliar a situação econômico-financeira de uma empresa do setor de cosméticos e perfumaria com base nos exercícios 2017/2018. Logo, para que seja alcançado tal objetivo foram listados os seguintes objetivos específicos: (i) Verificar as Demonstrações Contábeis utilizadas pela empresa instrumento de estudo, de modo a atender o objetivo proposto; (ii) Calcular os índices econômicos e financeiros dos anos de 2017/2018; (iii) Analisar e interpretar os indicadores de liquidez, rentabilidade e endividamento da empresa abordada.

Barbosa (2010), destaca que o mercado hoje é extremamente competitivo e empreendedor, isso significa que a todo o momento surgem oportunidade, novos produtos, novas tendências e tecnologias. Desta forma as empresas devem seguir essas tendências de mercado.

Destaca-se ainda segundo o autor acima, que a maior parte das decisões financeiras são levadas por impulso, ou seja, sem considerar o atual contexto econômico no qual se encontra a empresa, e assim tomando uma decisão de forma precipitada e colocando em risco a própria sobrevivência do negócio.

Assim, as empresas vêm procurando no mercado maneiras de permanecer em constante crescimento diante das novas oportunidades de demanda que é um dos pontos fortes do setor.

No tocante as demonstrações financeiras, estas são de grande importância nesse processo, pois geram informações que fornecem suporte à gestão. E a partir delas, é possível realizar diversos tipos de análises ligadas a decisões econômicas, como: decidir quando comprar, manter ou vender, avaliar a administração da entidade quanto à responsabilidade que lhe tenha sido conferida e quanto à qualidade de seu desempenho, avaliar ainda a capacidade de solvência e segurança da entidade, entre outras decisões (CPC 00 – R1).

A presente pesquisa justifica-se ainda, por se tratar de um tema de grande relevância no mercado atual, porém o número de trabalhos científicos desenvolvidos na área ainda é muito pequeno. Percebe-se que o segmento sofre com a falta de pesquisa da parte da área contábil, essa ausência vem contribuindo para fragilidade na sustentabilidade de suas operações.

Tendo em vista o cenário abordado, o presente trabalho utilizará uma discussão teórica baseada em estudos bibliográficos, buscando assim, identificar informações necessárias para a resolução dos objetivos propostos.

Com propósito de contribuir com o tema tratado, são apresentadas algumas pesquisas realizadas anteriormente, dentre eles, destacam-se os realizados por: Abib et al. (2015), Gomes (2017), Rodrigues (2017) e Júnior (2018).

A pesquisa de Abib *et al.*(2015), objetivou apresentar a análise de indicadores de balanços, utilizando para isto uma análise exploratória dos Balanços Patrimoniais e das Demonstrações de Resultado de Exercício, da empresa Votorantim Cimentos S/A, companhia de capital aberto, tendo como referência os exercícios de 2010, 2011, 2012 e 2013. Como resultado das análises demonstradas concluiu-se que a empresa apresenta uma situação favorável nos anos estudados.

Silva (2017), teve como objetivo principal analisar o comportamento dos índices econômico-financeiros das empresas de HPPC diante do cenário econômico do setor. Buscando utilizar os indicadores de liquidez e rentabilidade das empresas em estudo

para ajudar na hora da tomada de decisão. Com a análise dos indicadores, verificou-se que, individualmente, os índices de liquidez das empresas se comportam de maneira semelhante, mas, como um todo não segue um padrão. Desta forma, conclui-se que os índices de liquidez das empresas analisadas não foram diretamente impactados pelo cenário econômico do setor. Já os índices de rentabilidade se assemelham mais com esse cenário, com destaque para o indicador RSPL, que no período analisado sofreu queda em todas as empresas analisadas, gerando um menor retorno para investidores. Segundo os resultados apresentados mostra que a análise das demonstrações contábeis é de fundamental importância para os gestores na hora da tomada de decisão. Dessa maneira, percebe-se a necessidade de as empresas utilizar, mas das ferramentas da análise econômico – financeira com o intuito de não tomar decisões erradas e precipitadas sem estudos adequados assim ajudando direto e indiretamente para o crescimento empresarial.

O presente trabalho de Rodrigues (2017), teve como objetivo identificar e analisar os principais índices financeiros e econômicos em três anos consecutivos, realizando uma projeção da capacidade no pagamento dos compromissos assumidos com terceiros. Por fim, foi aplicado o termômetro de Kanitz para identificar a possibilidade de insolvência, este se trata de um modelo matemático elaborado pelo professor Stephen Charles Kanitz. Com os resultados obtidos, verificou-se que a empresa possui alta liquidez geral, o que indica que é possível honrar os compromissos com terceiros com relativa folga financeira. Finalmente, através do termômetro de Kanitz confirmou-se a boa situação financeira da empresa, nos três períodos analisados obtiveram-se valores positivo indicando que haverá capacidade de pagamentos para os compromissos assumidos com terceiros.

O estudo de Júnior (2018), apresentou como objetivo geral verificar e avaliar até que ponto a análise financeira contribui efetivamente como ferramenta na tomada de decisão, designando de que forma as práticas das análises dão ênfase há um planejamento eficiente e satisfatório para a empresa. Com base nos dados obtidos observou-se que toda organização pode elaborar seu orçamento, planejar seu futuro, projetar suas finanças e promover seus ajustes, podendo, assim, rever seus orçamentos na medida em que forem acontecendo.

A pesquisa ainda contribuirá para o âmbito acadêmico oferecendo conhecimentos teóricos e práticos relacionados a esta temática e que servirão de auxílio para futuros trabalhos acadêmicos de instituições de ensino na área em estudo.

O presente trabalho encontra-se estruturado dessa presente introdução, abordando a contextualização acerca do tema, objetivos e justificativa, seguidos pela revisão bibliográfica que fundamenta o tema em questão, bem como a metodologia utilizada e os resultados obtidos, finalizando com as considerações finais e as referências utilizadas nesse estudo.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis apresentam a posição patrimonial e financeira e da performance da entidade em determinado período, com o objetivo de fornecer informações acerca dessa posição, do desempenho e dos fluxos financeiro da entidade, que são importantes para uma grande variedade de usuários no que se refere as suas apreciações na tomada de decisões. Estas também mostram os resultados do gerenciamento pela administração dos recursos que lhes foram confiados (CPC 26).

As demonstrações evidenciam ainda suas informações através do agrupamento em classes denominadas de elementos das demonstrações contábeis evidenciando suas transações e outros eventos, onde esses elementos são chamados de ativos, passivos e patrimônio líquido (relacionados a posição patrimonial e financeira no balanço patrimonial) e receitas e despesas (relacionados com a mensuração do desempenho na demonstração do resultado) (CPC 00 – R1).

As demonstrações contábeis previstas de acordo com a Lei Nº 11.638/2007 que altera artigos da Lei Nº 6.404/1976 das Sociedades por Ações são: Balanço Patrimonial (BP), Demonstração de Resultado do Exercício (DRE), Demonstração de Lucros ou Prejuízos Acumulados (DLPA), Demonstração de Fluxo de Caixa (DFC), Demonstração de Valor Adicionado (DVA), sendo esta obrigatória para companhia aberta e a Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL), apesar de não fazer parte rol das demonstrações citadas segundo a Lei Nº 6.404/76, mas sua aplicação foi exigida segundo a CVM em sua Instrução nº 59/86, para companhias abertas. Podendo também ser considerado, entretanto, no processo de avaliação, as notas explicativas que acompanham os balanços, assim como os pareceres de auditoria e outros relatórios emitidos pela empresa.

Ressalta-se que para efeito desse estudo será utilizado as demonstrações contábeis, o Balanço Patrimonial e a Demonstração do Resultado de Exercício (DRE).

2.1.1 Balanço Patrimonial

O Balanço Patrimonial é uma demonstração por meio da qual tem-se uma representação da posição patrimonial e financeira da empresa em dado momento, ou seja, sua posição estática.

É a demonstração que apresenta todos os bens e direitos da empresa – ativo – assim como as obrigações – passivo Exigível – em determinada data. A diferença entre ativo e passivo é chamada Patrimônio Líquido e representa o capital investido pelos proprietários da empresa, que através de recursos trazidos de fora da empresa, que gerados por esta em suas operações e internamente (MATARAZZO, 2010, p. 26).

Segundo o Art. 178. da Lei 6.404/76 no Balanço Patrimonial, as contas serão classificadas segundo os elementos do patrimônio que registrem, e agrupadas de modo a facilitar o conhecimento e a análise da situação financeira da companhia. Sendo constituído pelo Ativo, Passivo e pelo Patrimônio Líquido.

Ainda de acordo com a Lei acima citada, no ativo, as contas serão dispostas em ordem decrescente de grau de liquidez dos elementos nelas registrados, nos seguintes grupos: Ativo Circulante e Ativo não Circulante, onde Ativo compreende os bens, os direitos e as demais aplicações de recursos controlados pela entidade, capazes de gerar benefícios econômicos futuros no curso do exercício social subsequente e o Ativo não Circulante composto por ativo realizável a longo prazo, investimentos, imobilizado e intangível. O CPC 26, faz algumas ressalvas, onde o ativo deve ser classificado como circulante quando satisfizer qualquer dos seguintes critérios:

- (a) espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional da entidade;
- (b) está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado;
- (c) espera-se que seja realizado até doze meses após a data do balanço; ou
- (d) é caixa ou equivalente de caixa (conforme definido no Pronunciamento Técnico CPC 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa), a menos que sua troca ou uso para liquidação de passivo se encontre vedada durante pelo menos doze meses após a data do balanço.

Ainda segundo o (CPC 26, p.20), todos os demais ativos devem ser classificados como não circulantes. Este Pronunciamento utiliza a expressão “não circulante” para

incluir ativos tangíveis, intangíveis e ativos financeiros de natureza de longo prazo. Não se proíbe o uso de descrições alternativas desde que seu sentido seja claro.

O Passivo compreende as origens de recursos representados pelas obrigações para com terceiros, resultantes de eventos ocorridos que exigirão ativos para a sua liquidação.

Segundo o Art. 180. da Lei 6.404/76, as obrigações da companhia, inclusive financiamentos para aquisição de direitos do ativo não circulante, serão classificadas no passivo circulante, quando se vencerem no exercício seguinte, e no passivo não circulante, se tiverem vencimento em prazo maior, observado o disposto no parágrafo único do art. 179 desta Lei.

O passivo deve ser classificado como circulante quando satisfizer qualquer dos seguintes critérios segundo o CPC (26, p. 21):

- (a) espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional normal da entidade;
- (b) está mantido essencialmente para a finalidade de ser negociado;
- (c) deve ser liquidado no período de até doze meses após a data do balanço;
- ou
- (d) a entidade não tem direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos doze meses após a data do balanço (ver item 73). Os termos de um passivo que podem, à opção da contraparte, resultar na sua liquidação por meio da emissão de instrumentos patrimoniais não devem afetar a sua classificação

O CPC 00 (R1), reforça também, que essas obrigações surgem também do compromisso de manter boas relações comerciais, onde essa obrigação pode ser refletida nas boas práticas do negócio. É um dever ou responsabilidade de agir ou de desempenhar uma dada tarefa de certa maneira.

O Patrimônio Líquido compreende os recursos próprios da entidade, e seu valor é a diferença entre o valor do Ativo e o valor do Passivo.

O CPC 00 (R1), ressalta que como algo residual, ele pode ter subclassificações no balanço patrimonial. Por exemplo, na sociedade por ações, recursos aportados pelos sócios, reservas resultantes de retenções de lucros e reservas representando ajustes para manutenção do capital podem ser demonstrados separadamente. Tais classificações podem ser relevantes para a tomada de decisão dos usuários das demonstrações contábeis quando indicarem restrições legais ou de outra natureza sobre a capacidade que a entidade tem de distribuir ou aplicar de outra forma os seus recursos patrimoniais

Após as explanações acima dos grupos e elementos que compõem o Balanço Patrimonial, é notório as informações que podem ser extraídas desse demonstrativo que

é visto como um ponto de partida para o conhecimento da situação patrimonial da entidade.

De acordo com o CPC 00 (R1), O objetivo do relatório contábil-financeiro, no caso em específico do Balanço Patrimonial, é fornecer informações acerca da entidade que sejam úteis a investidores, a credores por empréstimos e a outros interessados, quando da tomada decisão ligada ao fornecimento de recursos para a entidade.

2.1.2 Demonstração do Resultado do Exercício (DRE)

A Demonstração do resultado do exercício que é um relatório elaborado em conjunto com o balanço patrimonial, que descreve as operações realizadas pela empresa em um determinado período. Estas buscam demonstrar a formação do resultado líquido em um exercício através do confronto das receitas, despesas e resultados apurados, gerando informações significativas para tomada de decisão.

É a forma dedutiva de demonstrar o resultado gerado pela atividade operacional da empresa em determinado período, partindo-se da receita bruta de vendas e serviços, deduzindo-se custos e despesas inerentes a atividade operacional da empresa, os impostos sobre o faturamento e sobre o próprio lucro líquido, acrescentando-se uma parcela proveniente das transações não operacionais da empresa, que podem aumentar ou reduzir o resultado líquido da empresa. A DRE é relevante para avaliar o desempenho da empresa e a eficiência dos gestores em obter resultados positivos. (SOUZA, 2010, P. 21).

Observa-se que a DRE é elaborada ao mesmo tempo em que se define o balanço patrimonial e que não é possível conceber este relatório dissociado deste outro instrumento contábil. Segundo o Art. 187. da Lei 6.404/76 a Demonstração do Resultado do Exercício discriminará:

- I - a receita bruta das vendas e serviços, as deduções das vendas, os abatimentos e os impostos;
- II - a receita líquida das vendas e serviços, o custo das mercadorias e serviços vendidos e o lucro bruto;
- III - as despesas com as vendas, as despesas financeiras, deduzidas das receitas, as despesas gerais e administrativas, e outras despesas operacionais;
- IV – o lucro ou prejuízo operacional, as outras receitas e as outras despesas;
- V - o resultado do exercício antes do Imposto sobre a Renda e a provisão para o imposto;
- VI – as participações de debêntures, empregados, administradores e partes beneficiárias, mesmo na forma de instrumentos financeiros, e de instituições ou fundos de assistência ou previdência de empregados, que não se caracterizem como despesa;
- VII - o lucro ou prejuízo líquido do exercício e o seu montante por ação do capital social.

De modo geral, a DRE fornece o resultado alcançado pela empresa em determinado exercício social, onde esse resultado será transferido para as contas do patrimônio líquido. Ainda podendo ser útil na utilização dos índices rentabilidade, onde esses por sua vez demonstram a eficiência dos resultados em relação aos capitais investidos.

2.1.3 Demonstração de Lucros ou Prejuízos Acumulados (DLPA)

Em conformidade com o § 2º do artigo 186 da Lei 6.404/76 a Demonstração de Lucros ou Prejuízos Acumulados (DLPA) poderá ser incluída na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, se elaborada e divulgada pela companhia, pois não inclui somente o movimento da conta de lucros ou prejuízos acumulados, mas também o de todas as demais contas do patrimônio líquido. A demonstração de lucros ou prejuízos acumulados discriminará segundo a referida Lei citada acima:

- I - o saldo do início do período, os ajustes de exercícios anteriores e a correção monetária do saldo inicial;
- II - as reversões de reservas e o lucro líquido do exercício;
- III - as transferências para reservas, os dividendos, a parcela dos lucros incorporada ao capital e o saldo ao fim do período.

A DLP demonstra as alterações sofridas no patrimônio líquido, ou seja, o quanto aumentou ou diminuiu a riqueza da organização durante o período. Sendo assim, logo observa-se que é um demonstrativo para evidenciar as alterações do patrimônio líquido.

2.1.4 Demonstração de Fluxo de Caixa (DFC)

Segundo a legislação Societária Lei nº 11.638/07, que modificou a Lei nº 6.404/76 representa a substituição da Demonstração das origens e aplicações de recursos (DOAR) pela Demonstração de fluxo de caixa (DFC). Tornou-se obrigatória para as companhias abertas e grandes sociedades. Se companhia fechada com patrimônio líquido, na data do balanço, inferior a R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais) não será obrigada à elaboração e publicação da demonstração dos fluxos de caixa.

Matarazzo (2010, p. 365) afirma que “A Demonstração do Fluxo de Caixa permite extrair importantes informações sobre o comportamento financeiro da empresa

no exercício”. Esta indicam a entrada e saídas de dinheiro no caixa durante o período e o resultado desse fluxo sendo assim esta é uma conta do balanço patrimonial que passo a ser de caráter obrigatório para todas as sociedades de capital aberto.

De acordo com Martins (2014), A DFC tem a finalidade apresentar a capacidade da entidade de gerar caixa e equivalentes de caixa por meio de três tipos de atividades:

- **Atividades Operacionais** são as principais atividades geradoras de receita da entidade e outras atividades diferentes das de financiamento e investimento.
- **Atividades de investimento** são os referentes a aquisição e venda de ativos de longo prazo e investimentos não incluídos nos equivalentes de caixa.
- **Atividades de financiamento** são aquelas que resultam em mudanças no tamanho e na composição do capital próprio e endividamento da entidade.

É um relatório elaborado em conjunto com o balanço patrimonial, que descreve as operações realizadas pela empresa em um determinado período. Ainda segundo Martins (2014), por meio dessa demonstração os interessados e outros usuários podem avaliar a capacidade da entidade em gerar fluxos futuros de caixa para saldar obrigações e pagar dividendos, e ainda a flexibilidade financeira da empresa e de modo geral a capacidade de solvência.

2.1.5 Demonstração do Valor Adicionado (DVA)

De acordo com a Lei 11.638/76, a Demonstração do valor adicionado passou a ser exigida para todas as companhias abertas, a DVA tendo como principal objetivo evidenciar a criação de riqueza durante o período, e a forma que ela foi distribuída.

A DVA evidencia quanto de riqueza uma empresa produziu, ou seja, quanto ela adicionou de valor e seus fatores de produção, e que forma essa riqueza foi distribuída (entre empregados, governo, acionistas, financiadores de capital) e quanto ficou retido na empresa. (Marion, 2009, p. 57).

Esta foi à maneira que os gestores encontraram de mostra como a empresa está contribuindo para o crescimento do país durante o período estudado e analisado buscando de certa forma ajudar no desenvolvimento.

2.1.6 Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL)

A Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL) visa evidenciar todas as variações ocorridas no Patrimônio Líquido, em todas as contas que o compõe.

A DMPL não é uma demonstração obrigatória segundo a Lei N° 6,404/76, porém sua exigência foi através da CVM em sua Instrução de N° 59/86 para as companhias abertas. Ressalta-se que com vigência do CPC 26 (Apresentação das demonstrações contábeis), aprovado pela Resolução do CFC N° 1.185/09 que a DMPL passa a fazer parte do conjunto completo das demonstrações contábeis, sendo obrigatória para todas as empresas e substitui de forma definitiva a DLPA (FIPECAFI, 2010).

A DMPL fornece as mudanças que ocorrem durante o exercício nas diversas contas do patrimônio líquido da empresa. São informações que complementa os demais dados do BP e DRE, demonstrando a forma como foram utilizadas as reservas, integralização do capital, destinação de resultados do período, entre outras contas que compõe esse demonstrativo.

2.2 Análise das Demonstrações Através dos Índices

E através da Análise de Balanço que se podem avaliar os resultados de certos eventos acerca da situação financeira e econômica de uma determinada empresa. Essas avaliações podem ser realizadas de várias maneiras e uma delas é por meio da análise de índices, pois esses visam mostrar um diagnóstico detalhado da empresa analisada, permitindo fornecer julgamentos sobre diferentes aspectos, fornecendo uma visão das ocorrências passadas, como também, projetando o futuro e auxiliando na continuidade de suas operações. (MARTINS, 2014).

Segundo Matarazzo (2008, p. 147),

Os índices constituem a técnica de análise mais empregada. Muitas vezes, na prática, ou mesmo em alguns livros, confunde-se Análise de balanço com extração de índices. A característica fundamental dos índices é fornecer visão ampla da situação econômica ou financeira da empresa.

Com a finalidade de alcançar os objetivos propostos pela pesquisa foram utilizados dois grupos de índices, onde o primeiro evidencia a posição financeira através dos índices de Liquidez e Estrutura de capital (endividamento) e o segundo demonstra a Situação Econômica através dos indicadores de rentabilidade.

2.2.1 Índices de Liquidez

Os índices de Liquidez são sinalizadores da sua capacidade de pagamento, demonstrando a situação financeira da empresa. Mostram a relação entre contas do ativo circulante e outros ativos em comparação com os seus passivos.

Estes são utilizados para avaliar a capacidade de pagamento da empresa, isto é constituem uma apreciação sobre se a empresa tem capacidade para saldar seus compromissos. Essa capacidade de pagamento pode ser avaliada, considerando: longo prazo, curto prazo ou prazo imediato. (Marion, 2010, p.73)

A análise financeira é um instrumento indispensável para se conhecer a situação na qual se encontra a empresa e assim tomar medidas de forma preventivas a corrigir falhas e dificuldades, promovendo o seu crescimento e acima de tudo uma importante ferramenta para que os investidores, clientes e fornecedores conheçam financeiramente determinada empresa.

Diante das informações acima apresentadas, são demonstradas no quadro 1 abaixo o grupo dos índices de liquidez e suas devidas interpretações, onde esse é subdividido em: Liquidez corrente; liquidez seca e liquidez geral.

Quadro 1 – Índices de liquidez

| ÍNDICES | FÓRMULAS | INTERPRETAÇÃO |
|-------------------|--|---|
| Liquidez Corrente | $LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$ | A liquidez corrente mostra a capacidade da empresa saldar suas dívidas a curto prazo. |
| Liquidez Seca | $LS = \frac{\text{Ativo Circulante} - \text{Estoque}}{\text{Passivo Circulante}}$ | A liquidez seca se difere da liquidez corrente por excluir os estoques dos seus cálculos com a intenção de saldar suas dívidas sem dispor do seu estoque. |
| Liquidez Geral | $LG = \frac{\text{Ativo Circul.} + \text{Real. L. Prazo}}{\text{Passivo Circul.} + \text{Exig. L. Prazo}}$ | O índice de liquidez geral mostra a capacidade de pagamento da empresa a longo prazo, considerando tudo o que ela converterá em dinheiro. |

Fonte: Adaptado de Matarazzo (2010).

Matarazzo (2010), aponta que através dos índices desse grupo pode-se investigar quão sólida é a sua base financeira. Ressalta-se que para empresa ter uma boa situação para saldar suas dívidas deve-se ter bons índices de liquidez, apesar de que a análise apenas desse grupo não assegurará que a empresa irá honrar seus compromissos em dia, visto que ela depende de outras variáveis, como prazo, renovação de dívidas etc.

2.2.2 Índice de Endividamento (Índices de Estrutura)

Os indicadores de endividamento evidenciam as linhas de determinações financeiras, em termo de obtenção e aplicação de recursos, ou seja, mostra relações entre as fontes de financiamento próprio e de terceiros objetivando evidenciar a dependência da empresa em relação aos recursos de terceiros (MARTINS, 2014).

Os indicadores de estrutura são alcançados, confrontado os valores do capital próprio e de terceiros com relação ao montante de recursos aplicados na empresa. Para fins de análise e tomada de decisões sobre estruturas de capital, são examinados exclusivamente os recursos permanentes e de longo prazo.

No quadro 2, abaixo são evidenciados o grupo dos índices de endividamento com suas interpretações, onde esse é subdividido em: Participação de Capitais de terceiros; Composição do Endividamento e Imobilização do Patrimônio Líquido.

Quadro 2 – Índices de Endividamento

| ÍNDICES | FÓRMULAS | DEFINIÇÕES |
|---------------------------------------|---|---|
| Participação de Capitais de terceiros | $\frac{\text{Capitais de Terceiros}}{\text{Patrimônio Líquido}} \times 100$ | Indica quanto a empresa tomou de capitais de terceiros para cada \$100 de capital próprio investido. |
| Composição do Endividamento | $\frac{\text{Passivo Circulante}}{\text{Capitais de Terceiros}} \times 100$ | Este quociente indica o percentual de obrigações de curto prazo em relação às obrigações totais. |
| Imobilização do Patrimônio Líquido | $\frac{\text{Ativo Permanente}}{\text{Patrimônio Líquido}} \times 100$ | Este quociente indica quanto a empresa aplicou no ativo permanente para cada \$100 de patrimônio líquido. |

Fonte: Adaptado de Matarazzo (2010).

Matarazzo (2010), chama atenção para o índice de participação de capitais de terceiros, onde esse compara conseqüentemente, os dois grandes geradores de recursos da empresa, ou melhor, capitais próprios e capitais de terceiros. Contudo este é um indicador de risco ou de dependência a terceiros, por parte da empresa. Também pode ser chamado índice de Grau de Endividamento.

2.2.3 Índice de Rentabilidade

Os índices de rentabilidade objetivam evidenciar a eficiência dos resultados em relação aos capitais investidos, verificam a remuneração do capital aplicado. Indicam o grau de êxito econômico da empresa (MATARAZZO, 2010).

Marion (2009, p. 129) afirma que:

A rentabilidade é medida em função dos investimentos. As fontes de financiamento do ativo são o capital próprio e capital de terceiros. A administração adequada do ativo proporciona maior retorno para empresa.

Existem diversos índices de rentabilidade para avaliar uma empresa. Entretanto o quadro 3 abaixo, evidencia segundo Matarazzo (2010), os quatro indicadores: Giro do ativo, Margem Líquida, Rentabilidade do ativo e Rentabilidade do patrimônio líquido. Cada um deles oferece uma perspectiva diferente sobre a capacidade do negócio de gerar retorno.

Quadro 3 – Índices de Rentabilidade

| ÍNDICES | FÓRMULAS | DEFINIÇÕES |
|-------------------------------------|--|---|
| Giro do Ativo | $\frac{\text{Vendas Líquidas}}{\text{Ativo}}$ | Mostra que o volume de vendas tem relação com o montante de investimento. Indicando quanto a empresa vendeu para cada \$1,00 de investimento total. |
| Margem Líquida | $\frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Vendas Líquidas}} \times 100$ | Indica quanto a empresa obteve de lucro para cada \$100 vendidos. |
| Rentabilidade do ativo | $\frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Ativo}} \times 100$ | Este índice mostra quanto a empresa obteve de lucro líquido em relação ao ativo. Mostrando quanto a empresa obtém de lucro para cada \$100 investimento total. |
| Rentabilidade do Patrimônio Líquido | $\frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Pat. LÍq. Médio}} \times 100$ | O papel deste índice é mostra a taxa de rendimento do capital próprio. Indicando quanto a empresa obteve de lucro para cada \$100 de capital próprio investido. |

Fonte: Adaptado de Matarazzo (2010).

Apesar de existirem as mais variadas formas de se avaliar a rentabilidade de uma empresa, cada uma delas está intimamente ligada a determinado tipo de retorno da empresa, por exemplo, às vendas, aos seus ativos, ao seu patrimônio líquido entre outros e assim demonstrando a eficácia dos resultados em relação aos capitais investidos (MATARAZZO, 2010).

2.3 Empresas do Setor de Cosméticos e Perfumaria

Conforme o Caderno de tendência (SEBRAE, 2019 – 2020), as empresas do setor de HPPC (higiene pessoal, perfumaria e cosméticos) vem passando por mudanças extremamente significativas, onde essas têm vivenciado um mercado cada vez mais cheio de inovações e oportunidades para expandir seus negócios.

O artigo 3º da Lei 6.360/76 em seus incisos III, IV e V apresenta as seguintes definições para os produtos de higiene, perfumes e cosméticos:

III - Produtos de Higiene - Produtos para uso externo, antissépticos ou não, destinados ao asseio ou à desinfecção corporal, compreendendo os sabonete, xampus, dentifrícios, enxaguatórios bucais, antiperspirantes, desodorantes, produtos para barbear e após o barbear, estípticos e outros.

IV - Perfumes - Produtos de composição aromática obtida à base de substâncias naturais ou sintéticas, que, em concentrações e veículos apropriados, tenham como principal finalidade a odorização de pessoas ou ambientes, incluídos os extratos, as águas perfumadas, os perfumes cremosos, preparados para banho e os odorizantes de ambientes, apresentados em forma líquida, geleificada, pastosa ou sólida.

V - Cosméticos - Produtos para uso externo, destinados à proteção ou ao embelezamento das diferentes partes do corpo, tais como pós faciais, talcos, cremes de beleza, creme para as mãos e similares, máscaras faciais, loções de beleza, soluções leitosas, cremosas e adstringentes, loções para as mãos, bases de maquiagem e óleos cosméticos, ruges, blushes, batons, lápis labiais, preparados anti-solares, bronzeadores e simulatórios, rímeis, sombras, delineadores, tinturas capilares, agentes clareadores de cabelos, preparados para ondular e para alisar cabelos, fixadores de cabelos, laquês, brilhantinas e similares, loções capilares, depilatórios e epilatórios, preparados para unhas e outros (BRASIL, 1976).

Ainda segundo o Sebrae em seu caderno de tendência para 2019 / 2020, o Brasil é o quarto maior mercado mundial de higiene pessoal, perfumaria e cosméticos. No ano de 2018, o setor retomou a posição de 3º maior mercado em cuidados para cabelos e higiene oral.

Nas últimas duas décadas, o desenvolvimento da indústria brasileira de Higiene Pessoal, Perfumaria e Cosméticos (HPPC) foi significativo. Seu crescimento médio deflacionado chegou a mais de 10% ao ano, segundo a Associação Brasileira da Indústria de Higiene Pessoal, Perfumaria e Cosméticos (ABIHPEC). Por outro lado, estimativas atuais indicam que os gastos médios das famílias com produtos do setor são da ordem de 1,5% do seu orçamento. Caderno de Tendências (SEBRAE, 2019 – 2020, P. 6).

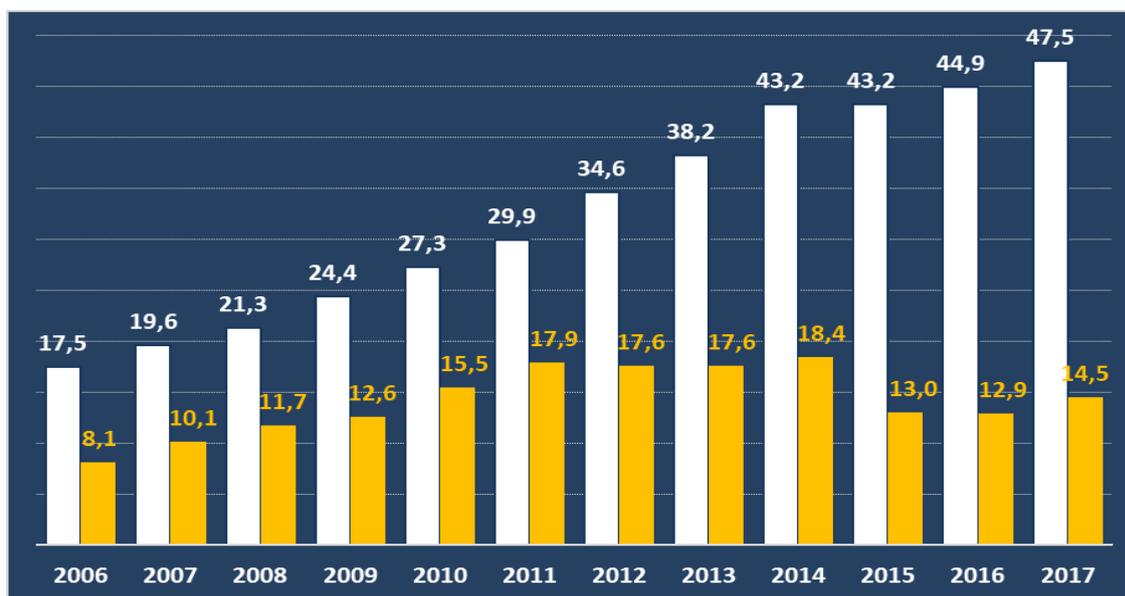
Este é o setor que, mais cresce no Brasil, pois não tem medo de investir em pesquisas para inovar seus produtos e assim desenvolvendo sempre novas tendências de mercado, é isto que estimula as vendas dos produtos, tanto pela curiosidade das pessoas para acompanhar e ocasionar novas vertentes de mercado. Quando as pessoas pensam

no setor, geralmente se lembram das grandes marcas, que são importantíssimas e representam a principal fatia do mercado.

Boa parte da força e do dinamismo da indústria se deve à frequente abertura de novos negócios e ao bom trabalho desenvolvido por pequenas marcas, que são a maioria entre as cerca de 2,6 mil empresas de HPPC registradas na Anvisa no início de 2018. Caderno de Tendências (SEBRAE, 2019 – 2020, P. 5).

O Gráfico 1 abaixo demonstra o faturamento do segmento de HPPC entre o período de 2006 a 2017, onde ressalta segundo a ABIHPEC (2019), que o setor fechou o ano de 2017 com crescimento real de 2,75%, e os principais influenciadores para esses resultados foram a participação crescente da mulher brasileira no mercado de trabalho, aumento da expectativa de vida, lançamentos constantes de produtos, uma cultura cada vez mais voltada ao cuidado com a saúde e bem estar e a participação do homem no consumo de produtos HPPC vem se intensificando.

Gráfico 1- Evolução do mercado (Faturamento) 2017.



Fonte: ABIHPEC (2017)

Ainda segundo ABIHPEC (2019), em 2017, a Balança Comercial Brasileira registrou um crescimento em relação ao ano anterior, puxado pelo aumento de preços das commodities de aproximadamente 10% versus 2016, tendo as exportações apresentado crescimento expressivo de 17,5%, enquanto as importações cresceram apenas 9,6%.

Este dado contribui com a afirmação de que o setor é de grande destaque para a indústria brasileira e que vem conquistando um grande espaço com novos produtos inovadores de mercado.

3 METODOLOGIA

No que se refere à classificação científica, a presente pesquisa quanto aos objetivos é qualificada como descritiva, visto que buscou descrever o desempenho econômico e financeiro de uma empresa do segmento de cosméticos e perfumaria com base nos demonstrativos dos anos de 2017/2018. Medeiros (2011) afirma que a pesquisa descritiva tem como intuito de descrever as características de um determinado fenômeno, exacerbando principalmente as suas dimensões e fatores.

No ponto de vista de Gil (2008, p. 28) a pesquisa descritiva:

Têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis. São inúmeros os estudos que podem ser classificados sob este título e uma de suas características mais significativas está na utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados.

Quanto aos procedimentos técnicos adotados, a pesquisa é bibliográfica, documental e estudo de caso. Inicialmente, realizou-se um levantamento bibliográfico sobre a temática que abrange uma revisão literária disponível em publicações públicas, como livros, relatórios de pesquisas, artigos científicos, dissertações, teses etc. De acordo com Marconi e Lakatos, (2009, p.185) esta “abrange a bibliografia já tornada pública em relação ao tema estudado. Sua finalidade é colocar o pesquisador em contato direto com tudo o que foi escrito sobre determinado assunto”. Posteriormente a pesquisa documental, pois foram utilizadas as demonstrações financeiras da empresa em estudo disponíveis no site da Econoinfo. Nesse tipo de pesquisa “a fonte de coleta de dados está restrita a documentos, escritos ou não, onde estas podem ser feitas no momento em que o fato ocorre ou posteriormente” (MARCONI E LAKATOS, 2009, p. 176). Por fim, o estudo de caso, uma vez que analisa as demonstrações de uma única empresa. Conforme Yin (2005), realizar-se-á a coleta de dados da pesquisa, sobre o caso estudado, buscando sempre uma análise e mensuração dos dados apurados.

Quanto à abordagem do problema, está é classificada como uma pesquisa quantitativa. Sobre a abordagem quantitativa, Medeiros (2011) afirma que esta

abordagem busca mensurar e descrever os fenômenos e processos dinâmicos nos grupos e nas organizações sociais. Beuren (2006, p.92) completa esclarecendo as características significantes deste estudo “diferente da pesquisa qualitativa, a abordagem quantitativa caracteriza-se pelo emprego de instrumentos estatísticos, tanto na coleta quanto no tratamento dos dados”.

Os dados foram coletados no site da ECONOINFORM, onde foram selecionados os demonstrativos financeiros dos anos de 2017 e 2018 da empresa objeto de estudo do setor de cosmético e perfumaria.

A análise e a interpretação dos dados coletados junto ao segmento pesquisado foram realizadas através do método da estatística descritiva. A estatística descritiva foi utilizada com o auxílio do Microsoft Office Excel, onde foram construídos quadros, tabelas, entre outras formas de facilitar a análise e discussão dos resultados.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Neste capítulo será apresentado o estudo de caso de empresa pertencente ao segmento de cosméticos e perfumaria, no qual está inserida no mercado desde 1969.

Ressalta-se que foram utilizados os índices econômico-financeiros com base na literatura segundo (Matarazzo, 2010), e de forma prática apresentar o diagnóstico sobre a situação da empresa objeto de estudo entre os anos de 2017 e 2018.

A fim de responder aos objetivos propostos, os resultados estão organizados através das tabelas, para assim facilitar a análise dos mesmos.

4.1 Índices de Liquidez

Os índices de Liquidez são sinalizadores acerca da capacidade de pagamento, demonstrando a situação financeira da empresa. Mostram a relação entre contas do ativo circulante e outros ativos em comparação com os seus passivos.

Apresentam a situação financeira frente aos compromissos financeiros assumidos, ou seja, demonstram sua competência de arcar com as dívidas assumidas em dado momento (MARTINS, 2014).

4.1.1 Liquidez Corrente

Neste ponto é evidenciado o resultado obtidos através da análise do índice de Liquidez Corrente de acordo com a Tabela 1.

Tabela 1 – Liquidez Corrente
Liquidez Corrente

| 2017 | 2018 |
|------|------|
| 0,91 | 1,71 |

Fonte: Dados da pesquisa, 2019.

Segundo dados apresentados na Tabela 1, é possível perceber que este índice apresentou um aumento significativo entre os períodos analisados, passando de R\$ 0,91 em 2017 para R\$ 1,71 em 2018. Verifica-se que em 2018 a empresa possuía R\$ 1,71 de bens e direitos para cada R\$ 1,00 de dívida, ou seja, a empresa apresentou uma folga financeira de R\$ 0,71 de capital de giro, significando que os investimentos no ativo circulante (AC) foram suficientes para cobrir as dívidas de curto prazo e ainda permitir uma folga.

Ressalta-se que o índice de liquidez corrente no sentido de quanto maior for o resultado desse índice maior a independência da empresa em relação a seus credores e maior sua capacidade de enfrentar dificuldades.

4.1.2 Liquidez Seca

O índice de Liquidez Seca é demonstrado segundo os dados apresentados na Tabela 2 abaixo.

Tabela 2 – Liquidez Seca
Liquidez Seca

| 2017 | 2018 |
|------|------|
| 0,71 | 1,27 |

Fonte: Dados da pesquisa, 2019.

De acordo com a Tabela 2, a empresa analisada apresentou novamente um aumento entre os anos analisados, passando de R\$ 0,71 para R\$ 1,27, mostrando que

mesmo sem considerar os estoques a empresa ainda se mostrou com uma boa capacidade de pagamento, permitindo uma trégua de 27% frente aos seus compromissos.

O índice de Liquidez Seca mostra a capacidade de pagamento das dívidas de curto prazo frente ao ativo circulante, porém não levando em consideração os estoques da empresa. Este é um índice que exclui os estoques do cálculo, pois ele considera que os estoques são ativos de difícil realização.

Segundo Matarazzo (2010, p. 79) “É um índice bastante conservador para que possamos apreciar a situação financeira da empresa”. Nem sempre um índice de Liquidez Seca baixo é sintoma de situação financeira apertada (tem que analisar o ramo da atividade) (MARION, 2012, p.79).

4.1.3 Liquidez Geral

A seguir são demonstrados os resultados alcançados com relação ao Índice de Liquidez Geral conforme informações na Tabela 3 abaixo.

Tabela 3 – Liquidez Geral

| Liquidez Geral | |
|----------------|------|
| 2017 | 2018 |
| 0,75 | 1,59 |

Fonte: Dados da pesquisa, 2019.

Por meio da Tabela 3, identificou-se que o índice de Liquidez Geral apresentou um aumento entre os anos de 2017 para 2018, passando de R\$ 0,75 para R\$ 1,59. O índice indicou que para cada R\$ 1,0 de dívida no curto e longo prazo, a empresa disponha de R\$ 1,59 de disponibilidades mais direitas realizáveis a curto e longo prazo, assim sendo suficientes em termos financeiros para honrar seus compromissos com capital próprio.

A Liquidez Geral indica quanto à empresa possui em dinheiro, bens e direitos realizáveis a curto e longo prazo, para honrar com suas dívidas totais. A finalidade do índice de liquidez geral é no sentido de quanto maior melhor, pois se apurado um resultado menor que 1 significa dizer que a empresa estaria financiando as aplicações no permanente com recursos de terceiros (MATARAZZO, 2010).

Ainda na visão do autor acima, onde o mesmo ressalta que devesse ter uma atenção especial acerca dos desencontros entre as datas de recebimentos e de pagamentos, onde esse último tende a acentuar-se quando analisamos períodos longos, ou seja, o recebimento do Ativo pode divergir consideravelmente do pagamento do passivo, isso sem dúvida, empobrece o indicador.

Diante das informações apresentadas acima percebeu-se que os índices de liquidez apresentaram bons resultados, ou seja, uma boa capacidade de pagamento. Ressalta-se para uma informação importante quanto a esses índices, onde segundo Martins (2014), uma empresa com bons índices de liquidez tem condições de ter boa capacidade de pagar suas dívidas, porém não estará obrigatoriamente pagando suas dívidas em dia em função de outras variáveis como prazo, renovação de dívidas, entre outras variáveis e assim o ideal é que se faça sempre uma análise conjunta com os demais indicadores para se ter uma segurança quanto a posição financeira e econômica da empresa analisada. Jamais tirar conclusões isoladamente

4.2 Índices de Estrutura de Capitais (Índices de Endividamento)

Os indicadores referentes com a estrutura de capitais evidenciam as linhas de determinações financeiras, em termo de obtenção e aplicação de recursos, ou seja, mostra relações entre as fontes de financiamento próprio e de terceiros objetivando evidenciar a dependência da empresa em relação aos recursos de terceiros (MARTINS, 2014). A seguir, serão apresentados nas Tabelas os Índices de estrutura de capitais (endividamento).

4.2.1 Participação de Capital de Terceiros

Os resultados acerca do índice de Participação de Capitais de Terceiros são evidenciados na Tabela 4 abaixo.

Tabela 4 – Participação de Capitais de Terceiros

| Participação de Capitais de Terceiros | |
|---------------------------------------|---------|
| 2017 | 2018 |
| 469,96% | 535,75% |

Fonte: Dados da pesquisa, 2019.

Com relação à participação de capitais de terceiros conforme os dados apresentados na Tabela 4, observou-se que a empresa de cosméticos e perfumaria analisada retratou ainda mais um aumento nesse índice no ano de 2018 em relação ao ano 2017. Sendo assim, para cada R\$ 100 de capital próprio, a empresa tomou R\$ 469,96 de recursos de terceiros em 2017 e R\$ 535,75 em 2018, apresentando, desta forma, uma dependência total em relação aos recursos externos, ou seja, o ativo se encontra totalmente financiado por Capital de Terceiros.

Segundo Matarazzo (2010) o índice de participação do capital de terceiros relaciona as grandes fontes de recursos da empresa, que são capitais próprios e capital de terceiros que mostra o grau de dependência e risco por fazer uso de recursos que não são da empresa. Para a obtenção de lucro é vantajoso usar recursos de terceiros, mas para a análise econômico financeira é desfavorável por que a empresa pode tornar-se dependente de terceiros.

Assaf Neto (2015), colabora com o autor acima no sentido de que ao se confrontarem os custos das fontes de financiamentos de uma empresa é correto admitir-se que, em situação de certa estabilidade e equilíbrio econômico, capital próprio é mais oneroso que o capital de terceiros, pois uma das razões é que a remuneração paga ao capital de terceiros pode ser abatida da renda tributável da empresa e assim fazendo com que o imposto de renda diminua enquanto que a remuneração paga aos proprietários não recebe esse incentivo fiscal e assim sendo apurada do resultado calculado após a provisão do imposto de renda.

Como já mencionado anteriormente, os índices de estrutura demonstram as grandes linhas de decisões financeiras, onde essas deliberações segundo ainda o autor acima, devem estar interligadas por uma atratividade econômica que proporcione a continuidade das operações desenvolvidas pela empresa.

Diante esse cenário apresentado, percebeu-se um resultado extremamente dependente de capital de terceiros entre os anos analisados, resultado esse que se dá, principalmente, pelo fato de que a empresa prefere utilizar de recursos de terceiros para

financiar o giro operacional, ou seja, fornecedores, despesas com pessoal, tributos, entre outras despesas. Ressalta-se que esses índices retratam os melhores caminhos financeiros e assim ainda na visão do Assaf Neto (2015), em momentos de retração dos negócios, a remuneração do capital próprio é comumente comprometida pela necessidade de caixa da empresa, mantendo-se inalterados os desembolsos dos encargos dos credores.

4.2.2 Composição do Endividamento

A seguir apresentam-se os resultados obtidos por meio da Tabela 5 acerca da análise do índice de Composição do Endividamento.

Tabela 5 – Composição do Endividamento

| Composição do Endividamento | |
|-----------------------------|--------|
| 2017 | 2018 |
| 70,12% | 28,27% |

Fonte: Dados da pesquisa, 2019.

Conforme dados apresentados Tabela 5 acima, observou-se que o Índice Composição do Endividamento apresentou uma diminuição entre os anos analisados, ou seja, em 2017 a empresa apresentou um percentual de 70,12% de suas obrigações vencendo no curto prazo enquanto que no ano de 2018, esse percentual passou a ser representado por 28,27%, sendo assim, percebendo que a maioria das obrigações passou a ser no longo prazo, ou seja, cada R\$ 100 dívidas, R\$ 28,27 vencem no longo prazo.

Ressalta-se que o índice de Composição de Endividamento determina o percentual de obrigações em curto prazo em comparação às obrigações totais. Quanto menor for este quociente, melhor para empresa, assim ela terá mais tempo para buscar ou gerar recursos para saldá-las.

Ressalta-se que os resultados acima corroboram com o pensamento de Marion (2010), onde o autor destaca que a proporção favorável seria de maior participação de dívidas a Longo Prazo, propiciando a empresa tempo maior para gerar recursos que saldarão os compromissos. Ainda enfatiza, que expansão e modernização devem ser

financiadas com recursos a longo prazo e não pelo passivo circulante, pois os recursos a serem gerados pela expansão e modernização virão a longo prazo.

4.2.3 Imobilizado do Patrimônio Líquido

Os resultados adquiridos mediante a análise do Índice Imobilização do Patrimônio Líquido são evidenciados na Tabela 6 abaixo.

Tabela 6 – Imobilizado do Patrimônio Líquido

| Imobilizado do Patrimônio Líquido | |
|-----------------------------------|---------|
| 2017 | 2018 |
| 135,56% | 100,32% |

Fonte: Dados da pesquisa, 2019.

Quanto aos dados apresentados na Tabela 6 acima, foi observado que o índice de imobilização do patrimônio líquido apresentou uma diminuição significativa quando comparado com ano de 2018, ou seja, passando de 135,56% para 100,32%, uma redução de aproximadamente 35% quando comparado com o ano anterior acerca de seus investimentos, imobilizações e intangível em relação ao capital próprio.

Diante esses percentuais apresentados, percebeu-se que a empresa em análise excedeu o seu capital próprio para financiar o ativo não circulante, pois o índice de imobilização do Patrimônio Líquido indica quanto do Patrimônio Líquido da empresa foi utilizado no Ativo não circulante. Este é um índice que no sentido de que quanto menor, melhor, se mantidos invariáveis os demais fatores.

De acordo com Matarazzo (2010), o índice de imobilização do Patrimônio Líquido apresenta a parcela do capital próprio que está investida em ativos de baixa liquidez (ativos imobilizados, investimentos ou ativos intangíveis).

Após as considerações dos índices de Estrutura de Capitais foi possível detectar que a empresa analisada apresentou dentro de suas linhas de decisões econômicas a preferência em trabalhar com capital de terceiros para financiar o giro operacional da empresa, visto que o capital próprio é mais oneroso e usualmente vem comprometendo as necessidade de caixa da empresa. Ainda foi possível verificar uma maior proporção de dívidas vencendo a Longo Prazo, propiciando tempo maior para gerar recursos que

saldarão os compromissos. Observou também uma maior participação do capital próprio para financiar o ativo não circulante.

4.3 Índices de Rentabilidade

Os índices de rentabilidade mostram qual a rentabilidade dos capitais investidos, e o quanto renderam os investimentos da empresa e evidenciando assim o grau de êxito econômico da empresa (MATARAZZO, 2010). É mediante estes índices que se mede o quanto a empresa foi eficiente na sua capacidade de gerar lucros.

4.3.1 Giro do Ativo

A Tabela 7 a seguir, apresenta os dados obtidos mediante o Índice Giro do Ativo da empresa em estudo.

Tabela 7– Giro do Ativo

| Giro do Ativo | |
|---------------|-------|
| 2017 | 2018 |
| 0,26% | 0,21% |

Fonte: Dados da pesquisa, 2019.

Observou-se segundo a Tabela 7, que no ano de 2017 para cada R\$ 1,0 investido a empresa vendeu R\$ 0,26 e no ano de 2018 obteve uma diminuição, onde vendeu R\$ 0,21 para cada R\$ 1,0 investido no ativo total, mantendo-se praticamente no mesmo patamar.

O Giro do Ativo mostra que o volume de vendas tem relação com o montante de investimentos. Indicando quanto à empresa vendeu para cada \$1,00 de investimento total. Medindo assim o volume de vendas da empresa em relação ao capital social investido (MATARAZZO, 2010).

Ressalta-se que esses resultados podem ser justificados de acordo com os demonstrativos analisados da empresa em estudo, onde foi possível perceber que a empresa no ano de 2017 direcionou investimentos no ativo total na faixa de R\$ 7.737,9 milhões que não foram cobertos pelas vendas líquidas e assim tornando um Giro bem inferior ao esperado. No ano de 2018 o quadro praticamente ainda foi pior, destinou R\$ 14.324,1 milhões no ativo total e obteve novamente um valor bem abaixo de sua

expectativa, ou seja, as vendas líquidas não foram suficientes para cobrir parte do capital investido no ativo total.

Assaf Neto (2015), em sua visão ele ressalta que o giro do investimento proporciona que se aprecie a performance das aplicações realizadas, ou seja, a capacidade dos investimentos em produzir receitas operacionais. Deliberações inadequadas de investimentos, como ativos ociosos ou pouco rentáveis, estoques de baixo giro, entre outras variáveis levam a uma diminuição da rotação do ativo que refletirão sobre a rentabilidade do capital investido.

4.3.2 Margem Líquida

A Tabela 8 abaixo evidencia os resultados com relação ao índice de rentabilidade Margem Líquida.

Tabela 8– Margem Líquida

| Margem Líquida | |
|----------------|-------|
| 2017 | 2018 |
| 8,07% | 1,02% |

Fonte: Dados da pesquisa, 2019.

Na análise da Tabela 8, observou-se que em 2017 para cada R\$ 100,00 de vendas líquidas, a empresa obteve um lucro líquido de R\$ 8,07. Esses resultados implicam que 91,93% das receitas de vendas foram utilizadas para cobrir todos os custos e despesas incorridos, gerando para a empresa um percentual de 8,07% das vendas realizadas sob a forma de lucro líquido.

Já no ano de 2018 a empresa apresentou uma queda no valor do lucro, assim para cada R\$ 100,00 vendido apresentou um resultado de R\$ 1,02, ou seja, 98,98% foram destinados para os custos e despesas.

Este índice, também chamado Retorno sobre as Vendas, compara o lucro líquido em relação às vendas líquidas do período, fornecendo o percentual de lucro que a empresa está obtendo em relação a seu faturamento (MATARAZZO, 2010).

Ainda na visão do autor acima, esse é um dos índices mais utilizados pelos analistas, por ser este, o índice que revela o sucesso da empresa em termos de lucratividade sobre vendas.

Assaf Neto (2015), colabora com o autor acima, onde ressalta que a Margem Líquida mensura a eficiência integral da empresa.

4.3.3 Rentabilidade do Ativo

A Tabela 9 evidencia os resultados apresentados acerca do índice de Rentabilidade do Ativo.

Tabela 9– Rentabilidade do ativo

| Rentabilidade do Ativo | |
|------------------------|-------|
| 2017 | 2018 |
| 2,02% | 0,28% |

Fonte: Dados da pesquisa, 2019.

Conforme os dados da Tabela 9, verificou-se que para cada R\$ 100,00 de capital investido a empresa no ano de 2017 lucrou R\$ 2,02. No ano de 2018 a empresa apresentou um decréscimo no lucro líquido e assim auferiu R\$ 0,28 para cada R\$ 100,00 investido no ativo total e assim apresentando uma diminuição no índice de rentabilidade do Ativo de um ano para outro.

A Rentabilidade do Ativo mostra quanto à empresa obteve de Lucro Líquido em relação ao Ativo total. É a medida do potencial de geração de lucro por parte da empresa. Este índice determina a remuneração do capital próprio aplicado na empresa (MATARAZZO 2010).

Ressalta-se que esses resultados são decorrentes dos investimentos totais que foram realizados no ativo total e não foram recuperados e como resultado vem impactando diretamente no Lucro líquido da empresa que teve uma forte caída entre os anos de 2017 para 2018.

4.3.4 Rentabilidade do Patrimônio Líquido

O índice de Rentabilidade do Patrimônio Líquido é evidenciado conforme informações presentes na Tabela 10 abaixo.

Tabela 10– Rentabilidade do Patrimônio Líquido

| Rentabilidade do Patrimônio Líquido | |
|-------------------------------------|-------|
| 2017 | 2018 |
| 14,89% | 1,76% |

Fonte: Dados da pesquisa, 2019.

De acordo com a Tabela 10 acima, percebe-se que para cada R\$ 100 de Capital Próprio investido no ano de 2017 a empresa conseguiu um lucro de 14,89. Já no ano de 2018 houve uma queda significativa na rentabilidade, onde este resultado ficou entorno de 1,76 para cada R\$ 100 de capital próprio investido.

O índice de Rentabilidade do Patrimônio Líquido tem como objetivo mostrar qual a taxa de rendimento do Capital Próprio. Indica quanto de ganho os acionistas ou proprietários da empresa estão obtendo em relação a seus investimentos no empreendimento. O lucro, portanto, é o ganho do investidor pelo risco de seu negócio (MATARAZZO, 2010).

Mais uma vez destaca-se que a rentabilidade da empresa foi afetada, visto que de acordo com os seus demonstrativos financeiros foi possível verificar entre os períodos de 2017 a 2018 que mesma apresentou uma queda significativa no lucro líquido, passando de R\$ 163,5 milhões para R\$ 31,8 milhões, fato esse que compromete os ganhos dos acionista e proprietários e ainda foi possível verificar que foram realizados investimentos altos no ativo total que também afetaram a rentabilidade, visto que esses ainda não derem o retorno esperado a curto prazo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo buscou avaliar a situação econômico-financeira de uma empresa do setor de cosméticos e perfumaria com base nos exercícios 2017/2018. Realizou-se uma revisão de literatura acerca do tema em questão, onde foram abordados tópicos acerca do segmento em análise, as demonstrações obrigatórias segundo a Lei de Nº 6.404/76 e suas posteriores alterações e por fim os índices que embasaram a questão em estudo.

Para atender ao objetivo proposto nesta pesquisa, realizou um estudo de caso em uma empresa do segmento já mencionado acima, onde foram coletados no site da

Econoinfo os demonstrativos contábeis dos anos de 2017 e 2018 com o propósito de analisar e interpreta os índices econômicos e financeiros.

Após realizado a pesquisa, constatou-se que a empresa analisada apresentou no sentido financeiro, adequados resultados acerca dos índices de liquidez, ou seja, uma boa capacidade de pagamento, assim apresentando uma habilidade de solvência. Ressalta-se que ter bons índices de liquidez não garante condições de pagamento de dívidas no prazo, pois dependerá de outras variáveis para cumprimento de suas obrigações.

Ainda no sentido da análise financeira, foi possível perceber que os índices de Estrutura de Capitais (Endividamento) apresentaram dentro de suas linhas de decisões financeiras a dependência acerca do capital de terceiros para financiar as suas atividades operacionais, visto que o capital próprio é mais oneroso e usualmente vem comprometendo as necessidades de caixa da empresa. Ainda foi percebido uma maior concentração dívidas vencendo a Longo Prazo, e assim contribuindo em período maior para gerar recursos que saldarão os compromissos. Também uma maior participação do capital próprio para financiar o ativo não circulante.

Na análise da Rentabilidade, o indicador Giro do Ativo estabelece uma relação entre as vendas líquidas do período e os investimentos totais, esse demonstrou entre os anos analisados que empresa direcionou investimentos no ativo total que não foram cobertos pelas vendas líquidas e assim tornando um Giro bem inferior ao esperado. Ou seja, as vendas líquidas não foram suficientes para cobrir parte do capital investido no ativo total.

Ainda na análise da Rentabilidade, no caso do índice da Margem Líquida que compara o lucro líquido em relação às vendas líquidas do período, esse também apresentou resultados inferiores, onde esses implicaram que a maior parte das receitas de vendas foram utilizadas para cobrir todos os custos e despesas incorridos, gerando para a empresa um percentual muito pequeno sob a forma de lucro líquido entre os dois períodos analisados.

Com relação ao índice de Rentabilidade do Ativo e Patrimônio Líquido, esses também apresentaram resultados inferiores entre os períodos analisados, onde a empresa apresentou uma queda significativa de aproximadamente 81% no lucro líquido de 2018 quando comparado com 2017, fato esse que compromete a lucratividade dos acionistas

e proprietários, visto que esses não apresentaram um retorno satisfatório com relação aos seus investimentos pelo menos no curto prazo.

Como sugestão para futuras pesquisas, sugere-se realizar outros estudos que contemplem maior abrangência entre períodos analisados e ainda podendo fazer uma análise comparativa de empresas do mesmo segmento, onde os índices visam mostrar um diagnóstico detalhado da situação econômico-financeira e assim permitindo umas avaliações acerca de diferentes aspectos.

ECONOMIC AND FINANCIAL ANALYSIS OF A COMPANY OF THE COSMETICS AND PERFUMERY SEGMENT BETWEEN 2017 AND 2018

ABSTRACT

The indexes are seen as tools of analysis of balance sheets that provide a detailed view through a diagnosis that contributes to a foundation of the economic and financial conjuncture of the company. The present research aimed to evaluate the economic and financial situation of a company in the cosmetics and perfumery sector based on the 2017/2018 financial years. In order to reach the proposed objective, the methodology used was the descriptive research conducted through a bibliographical analysis and a case study carried out in a company of the segment mentioned above, where the financial statements were collected on the Econoinfo website in order to objective. As results, it was verified that the analyzed company presented in the financial sense, adequate results on the liquidity indices, that is, a good ability to pay, thus presenting a solvency capacity. It should be noted that having good liquidity ratios does not guarantee conditions for payment of debts in the term, as it will depend on other variables to fulfill its obligations. In the analysis of Profitability, it was verified among the years analyzed that the company directed investments in total assets that were not covered by the sales and thus making results well below expectations. That is, sales were not enough to cover part of the capital invested in total assets. It was still generally perceived that the Profitability of the Assets and Shareholders' Equity did not present satisfactory results between the analyzed periods, where the company presented a significant decrease of approximately 81% in the net income of 2018 when compared to 2017, a fact that compromised the shareholder and owner profitability, since they did not show a satisfactory return on their investments at least in the short term.

Keywords: Cosmetics and perfumery industry. Liquidity ratio. Profitability Index. Indebtedness Index.

REFERÊNCIAS

ABIB, Marlene; CATAPAN, Edilson Antônio.; CATAPAN, Anderson.; CATAPAN, Dariane Cristina.; VEIGA, Claudimar Pereira da. **Análise das demonstrações contábeis como etapa preliminar para elaboração do planejamento de curto, médio e longo prazo no Brasil: um estudo de caso na Votorantim Cimentos.** Revista

Espacios, vol. 36, n. 08, 2015. Disponível em: <<http://www.revistaespacios.com/a15v36n08/15360804.html>>. Acesso em: 10 abril 2019.

ABIHPEC. **Associação Brasileira da Indústria de Higiene Pessoal, Perfumaria e Cosméticos**. Disponível em: <<https://abihpec.org.br/>>. Acesso em: 10 abril 2019.

ASSAF NETO, Alexandre. **Estrutura e Análise de Balanço**: um enfoque econômico-financeiro. 11. ed. São Pulo: Atlas. 2015

BARBOSA, Heitor Monteiro, **Análise de demonstrativos financeiros como ferramenta para tomada de decisão nas micro e pequenas empresas**. Disponível em:

<<https://s3.amazonaws.com/academia.edu.documents/34368534/heitor.pdf?AWSAccessKeyId=AKIAIWOWYYGZ2Y53UL3A&Expires=1556308282&Signature=gzMok%2BNuJRw%2Fju84FaO8MOftC9I%3D&response-content-disposition=inline%3B%20filename%3DHeitor.pdf>>. Acesso em: 13 Mar. 2019

BALANÇO PATRIMONIAL, CAPITAL SOCIAL CONTABILIDADE E GESTÃO <<https://capitalsocial.cnt.br/balanco-patrimonial/>>. Acesso em: 10 Abr. 2019

BRASIL, Lei nº 6360, de 23 de setembro de 1976. **Dispõe Sobre A Vigilância Sanitária A Que Ficam Sujeitos Os Medicamentos, As Drogas, Os Insumos Farmacêuticos e Correlatos, Cosméticos, Saneantes e Outros Produtos, e Dá Outras Providências**. Brasília, DF, Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L6360.htm>. Acesso em: 09 Abr. 2019,

BRITO, Wélita Nascimento **Análises dos índices econômico-financeiros como ferramenta na tomada de decisão**. 2016. 21f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Contábeis) – Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, 2016. [Artigo]. Disponível em: <<http://dspace.bc.uepb.edu.br/jspui/handle/123456789/14511>>. Acesso em: 20 Mar. 2019.

BEUREN, Maria Ilse. **Como elaborar trabalhos monográficos em Contabilidade: teoria e prática**. 3ed. São Paulo: Atlas, 2003.

CPC. Comitê de Pronunciamentos Contábeis. **Estrutura conceitual para elaboração e Divulgação de relatório contábil-financeiro**. Disponível em: <http://static.cpc.aatb.com.br/Documentos/147_CPC00_R1.pdf>. Acesso em: 15 de março 2019

DFC Demonstração dos fluxos de caixa Disponível em: <<http://www.portaldecontabilidade.com.br/tematicas/ademonstracaodosfluxos.htm>>. Acesso em: 11 Abr. 2019

ECONOINFORM. Disponível em: <<http://www.econoinfo.com.br/financas-e-mercados/demonstracoes?codigoCVM=19550>>. Acesso em: 04 maio 2019.

GOMES DA SILVA, Alessandra. **Análise econômico-financeira de empresas do setor de higiene pessoal, perfumaria e cosméticos**. 2017. 54f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências Contábeis) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2017. [Orientador: Prof. Dr. Adilson de Lima Tavares] Disponível em: <https://monografias.ufrn.br/jspui/bitstream/123456789/5922/1/AlessandraGS_Monografia.pdf>; Acesso em: 1 de abr.2019.

GIL, Antonio Carlos.. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. - São Paulo : Atlas, 2008.

JÚNIOR, Neidineu Casas de Oliveira **Análise financeira como ferramenta para tomada de decisão**. Revista on-line IPOG, Vol. 01, n.16, 2018 Disponível em: <<https://www.ipog.edu.br/download-arquivo-site.sp?arquivo=neidineu-casas-de-oliveira-junior-101591018.pdf>>. Acesso em 19 Abr. 2019.

MANUAL DE CONTABILIDADE SOCIETÁRIA. São Paulo: Atlas, 2010. FIPECAFI – Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e financeiras, FEA/USP.

MARCONI e LAKATOS. **Fundamentos de metodologia científica**. - 9. ed. - São Paulo : Atlas 2009

MARTINS, Eliseu, MIRANDA, Gilberto José, DINIZ, Josedilton *Alves*. **Análise Didática das Demonstrações Contábeis**. São Paulo: Atlas, 2014.

MARION, José Carlos. **Análise das demonstrações Contábeis: Contabilidade Empresarial**. São Paulo: Atlas, 2009.

MARION, José Carlos. **Análise das Demonstrações Contábeis: Contabilidade Empresarial**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MARION, José Carlos. **Análise das Demonstrações Contábeis: Contabilidade Empresarial**. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2012.

MATARAZZO, Dante Carmine. **Análise financeira de balanço: abordagem básica e gerencial**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MATARAZZO, Dante. **Análise financeira de balanços: abordagem gerencial**. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MEDEIROS, Rafael Antônio. **Redação científica: teoria e prática** 11ed. São Paulo: Ática, 2011.

RODRIGUES, Eduardo Nau. Análise dos índices econômicos e financeiros em uma empresa de pequeno porte. Revista Eletrônica **Estácio Papyrus**, Vol. 4, n1, p.63-80, jan./jun. 2017 Disponível em:

<<http://revistaadmmade.estacio.br/index.php/papirusantacatarina/article/viewArticle/2986>>. Acesso em: 18 Abr. 2019.

SOUZA, Lisandréa. **Análise Financeira e Econômica de uma Empresa Automotiva**. 2010. 72f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências Contábeis) – Universidade de Caxias do Sul, 2010. [Orientador: Prof. Alex Eckert] Disponível: <<https://repositorio.ucs.br/xmlui/bitstream/handle/11338/1563/TCC%20Lisandrea%20de%20Souza.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 24 de Mar. 2019.

SEBRAE, Caderno de Tendência #2019-2020 Disponível em: <<http://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/Anexos/CADERNO%20DE%20TENDENCIAS%202019-2020%20Sebrae%20Abihpec%20vs%20final.pdf>>. Acesso em: 04 de Abril 2019.

YIN, Satur. **Estudo de caso: Teoria e prática.**, trad. Rafael Antonio Lopes 11ed. São Paulo: Ática, 2005.